

José Barbosa

---

# ADMINISTRAÇÃO COLONIAL



1913  
TIPOGRAFIA BAYARD  
106 — Rua do Arco do Bispo — 108  
LISBOA

As colónias não vivem só da cultura nem das energias exclusivas da mãe-pátria. Na sua formação coooperam elementos de culturas dissemelhantes e até divergentes; encontram-se e coexistem fases sucessivas da mesma civilização e ás véses de mais de uma, colidem e corrigem-se costumes de procedencias várias, dando novos costumes; misturam-se e sobrepõem-se falas irreconciliaveis, diferenciando-se em estranhas fórmulas dialectais; cruzam-se as raças povoadoras indígenas com as exóticas colonizadoras e estas entre si.

E, finalmente, por uma complexa série de conflitos acontece que nas colónias, ao mesmo tempo que se dá a adaptação dos colonizadores ao meio novo, se opera, lenta mas seguramente, a transformação do antigo meio e a evolução da gente indígena no sentido da civilização da raça superior dominante.

O exemplo do Brasil é instrutivo. A nossa antiga colónia, dentro de uma evolução logica e inevitavel, integra-se hoje num sistema diferente do nosso, pertence ao sistema internacional americano, mas, estudando a sua marcha para os destinos presentes, a cada passo se encontram vestigios da nossa raca preponderando, apesar da pequenêz do numero, na selecção étnica que se foi realizando.

Em 1615, sob o dominio espanhol, dizia-se nas instruções dadas a Fragoso de Albuquerque que no Brasil havia *mais de tres mil portugueses*. Era pouco, era uma insignificante população, mas em 1654, a colónia expulsava os holandeses e regressava o Brasil inteiro à posse de Portugal. E' que havia quasi um século, desde os fins

do século XVI, que aos índios, que uma carta régia de 1680 viria a apontar como devendo ter concessões por serem «os naturais senhores da terra», se tinham juntado sucessivas e ininterruptas migrações africanas, e índios e africanos, elementos inferiores, tinham-se adaptado ao espirito português e, pelos cruzamentos, haviam-se subordinado os novos habitantes ao espirito e aos ideais da raça superior.

E' coisa fóra de debate que os cruzamentos obedecem a tendencias invariavelmente ascendentes.

Assim é que, na formação das colónias, se verifica o facto, na apparecia maravilhoso, de pequenos nucleos colonizadores terem assegurado aos seus países de origem vastos dominios perfeitamente nacionalizados.

Casos há em que a soberania é uma e a raça perdura outra; mas nesses casos o que se dá é o desmentido do chamado principio das nacionalidades, o qual, não subsistindo para as nações, não subsiste tampouco para as colónias — que são, em última análise, nações em elaboração.

A gente *boer* da Africa do Sul e a gente franceza do Canadá estão debaixo da soberania britanica. O cruzamento realizara a sua obra fatal; mas é claro que a raça superior que predominou no Cabo, Natal, Orange e Transvaal, e a que preponderou no Québec e Montréal tiveram, junto das inferiores que com ambas estiveram em contacto, o papel que lhes cabia. Foi para ellas que tenderam e se elevaram os povos de cultura mais baixa que, ao iniciarem a colonização, aquéles submeteram.

O mesmo fenómeno se observa nas nossas colónias. Mas é preciso notar que os portuguezes, como todos os povos colonizadores, estão sujeitos, na obra da sua expansão territorial em dominios ultramarinos, áquêle axioma sociologico que estabelece que a cada clima corresponde uma civilização. O portuguez não implanta fóra da sua zona, que é temperada, a sua civilização integral. O domicilio modifica, para o colono e para a sua descendencia, a civilização de origem, adaptando a ao novo meio.

A civilização rapidamente progressiva que se observa na *gente portugueza* do sul do Brasil não se transplanta, apesar da identidade dos colonizadores, para as

regiões tórridas do norte. A civilização do Amazonas é lentamente progressiva. E é pela mesmíssima razão que S. Tomé e Príncipe e a Guiné estão condenadas a lentos progressos. não se povôam, exploram-se.

Estas duas condições marcam da unica maneira segura o criterio para a divisão das colónias e só por ellas se podem discriminar e apartar os processos da nossa administração colonial.

Há colónias de povoamento e colónias de exploração. O inglés que se fixa e povôa a Australia, Canadá ou parte da Africa do Sul, não povôa a Gambia, as Antilhas, a Guiana, a Costa de Ouro. O mesmo se dá com os outros povos.

A diferença é essencial. Ao passo que se criam nas colónias de povoamento germens de futuros estados autónomos e até soberanos da propria raça, não se formam nas de exploração mais do que centros comerciais e industriais e sedes de acção governativa onde, á custa de todos os sacrificios, se atenuam os elementos depressivos do meio, ao qual se não procura adaptar o europeu, mas a cujos estragos fuge periodicamente, indo buscar, a climas retemperantes, energias para proseguir na luta pela fortuna ou só pela vida.

Numas, o europeu aceita a principio o papel de dirigente e acaba por desempenhar por si e pela sua descendencia todos os serviços, noutras, o europeu manda, mas não fornece jámais o braço, que tem de ser indigena, porque é o unico que pôde lá trabalhar, sem se anular em curtissimo praso.

E' fundamental, como deixei dito, a diferença entre os dois tipos de colónias. Nós têmolas de ambos os tipos.

De povoamento são Cabo Verde, India, Macau, parte de Angola e parte de Moçambique, de exploração devemos considerar a Guiné, S. Tomé e Príncipe, e Timor, além da parte, impropria para povoamento, de Angola e Moçambique.

A India e Macau podem considerar se povoadas. Isso não as desloca, todavia, do grupo a que pertencem naturalmente, mas Macau, de população e vida chinesa, não pôde reger-se como as outras colónias de povoamento.

Do modo de ser de cada um dos dois grupos de coló-

mas deriva logicamente o seu sistema de administração.

Ao estudar os sistemas de administração colonial, compatíveis com a cultura das colónias portuguesas, é força recordar que a Constituição Política da Republica Portuguesa, no seu artigo 67.º, determina que, nessa administração *predominará o regime da descentralização com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada provincia*

E' indispensavel atender a esta disposição constitucional, para se ter a certeza de que o regime da descentralização, de que se fala muito e nem sempre acertadamente, tem de *predominar* na administração das provincias ultramarinas, mas não é o regime unico, exclusivo, estabelecido pela Constituição para essas provincias.

Se assim não fôsse, a Constituição teria consignado de modo geral e taxativo, como fez no art. 66.º para as instituições locais administrativas, as bases da descentralização colonial.

Tambem convem considerar o disposto no art. 87.º da nossa lei fundamental. Este artigo autoriza o governo a tomar, quando o Congresso estiver encerrado, as medidas que julgar necessarias e urgentes para as provincias ultramarinas.

Na expressão *tomar medidas* está incluída a idéa de legislar, fazer leis, o que constituiu a delegação de uma competencia privativa do Congresso no Governo, mas tambem representa a ingerencia do Governo da Metrópole na vida administrativa das colónias, o direito de elle modificar ou anular as deliberações de ordem administrativa dos organismos coloniais e a subordinação das colónias ao Poder Executivo nas questões de caracter financeiro — bases essenciaes do regime de descentralização fixado pela Constituição para o continente e ilhas adjacentes.

E' manifesto que o legislador constituinte, que no art. 87.º investiu o Poder Executivo em funções que cerciam a autonomia administrativa das colonias, tinha em mente, embora desejasse ver *predominante* o regime da descentralização na administração colonial, deixar ao Congresso da Republica a faculdade de conceder esse

regime a uma provincia ultramarina, e recusal-o a outra, com a mesma amplitude.

A Constituição definiu ainda mais precisamente esse pensamento quando disse que predominaria a *descentralização com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada provincia*

A descentralização a que se refere a Constituição da Republica é dependente do estado de civilização de cada colónia. O que, desde logo, se pôde afirmar é que com o art. 26.º, que define entre as competencias *privativas do Congresso da Republica* a de fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las, e com o art. 87.º, que, estando encerrado o Congresso, confia essa competencia ao Poder Executivo, não se concilia o regime superior da descentralização colonial, que é o das colónias autónomas de governos responsaveis perante parlamentos proprios.

A nossa descentralização será, terá de ser, dentro da lei constitucional, limitada a uma fórmula intermédia, a uma como que redução do *self-government* em que a responsabilidade do executivo colonial se efective perante o governo da Metrópole.

Na administração colonial, perante o disposto na Constituição, predominará o regime da descentralização.

Mas qual é esse regime tão reclamado pelas colónias nos seus constantes protestos contra as peias centralizadoras do Ministerio das Colónias?

Acaso pôde o Ministerio das Colonias deixar de respeitar a Constituição, que no seu art. 80.º manda que vigorem os diplomas com força de lei até ali existentes? E se esses diplomas referentes ao Ultramar não estatuiram a descentralização, é claro, que em quanto se não revogarem por outros que determinem a descentralização conveniente a cada provincia, a disposição do art. 67.º da Constituição será letra morta.

E' certo que o art.º 85.º da Constituição ordena ao primeiro Congresso da Republica que elabore as leis organicas das provincias ultramarinas. A tarefa deste Congresso, imposta pelas condições economicas e financeiras, politicas e sociais da Nação, difficilmente permitirá que até final do seu mandato tenha dotado cada

provincia com uma lei organica adequada ao estado da sua civilização

No entanto, quando o art 85º fala das leis organicas das colónias, não exige que haja uma para cada colónia, mas sim leis que organizem a administração das colónias, leis em que se fixem as bases dessa administração, leis emfim que, sendo regulamentadas para as provincias ultramarinas, incluam a descentralização, no grau conveniente e adequado ao estado de civilização de cada uma

Nestas condições, feitas as «leis organicas», com bases claras, o governo da Republica poderia dotar cada colónia com o seu «regulamento organico», fundado nas leis organicas, resolvendo-se, deste modo, o problema administrativo das colónias e dando, dentro do que é possível á face da Constituição, satisfação ao que reclamam as colónias contra o regime centralizador que a Republica manteve e, na opinião de alguns especialistas, ainda tornou mais duro

Que queriam e querem as provincias ultramarinas onde se sentia e se sente a acção centralizadora do poder nacional? Queriam e querem que essa tutela seja reduzida ao minimo compativel com os interesses nacionais. E' neste ponto que as opiniões se dividem e que, sem verificar se as aspirações de cada colónia são aceitaveis por parte da Metrópole, o mais que se poderá fazer é uma obra teórica, por tentativas e probabilidades presunções e informações laiveis

Conhecidas as aspirações das colónias e ponderados, a par delas, os interesses criados de natureza tanto nacional como internacional, poderá o governo decretar, a titulo provisório, regimes convenientes ao desenvolvimento colonial, estabelecendo, para as colónias que a possam usar, uma descentralização em que a tutela da Metrópole só subsista para que a soberania da Nação seja salvaguardada ou para que fiquem acautelados os superiores interesses da comunidade portugueza

Esses regimes ou regulamentos serão, se assim quiserem os que se prendem com palavras, *as cartas organicas* das colónias portuguezas.

Proponho que se dê a cada um desses regulamentos a singela denominação de *Regime administrativo da pro-*

*vincia de...* Deste modo nenhum governo poderá sair fóra das bases das *leis organicas das colonias*, porque os *regimes*, que proponho, serão regulamentos que o Congresso, nos termos do n.º 24 do art 26º da Constituição, pode deixar de sancionar desde que não sejam elaborados para a restrita execução daquelas leis.

Está-se vendo que, assim, se pouparia ao Congresso com duas leis basicas, com duas *leis organicas* das colónias, o trabalho de legislar de longe para cada uma. Dir-se-a que, deste modo, se cometerá o erro de meter dentro de rígidas fórmulas de ferro as cambiantes e diversissimas sociedades incipientes e rudimentares das colónias

Não se dá tal coisa. As leis que submeto á Camara só contem principios primários: uma fixa as bases dos regimes destinados ás colónias de povoamento, nas quais se presume que os que se fixaram constituem elementos mercedores de representação na gerencia dos negocios publicos, por intermedio de uma assembléa; define a outra as bases dos regimes das colónias de exploração, nas quais o governador, assistido de um conselho técnico composto pelos chefes dos serviços, *a junta de governo*, enfeixa em suas mãos os poderes que se decentralizam da Metrópole para a colónia

Aceito a observação feita pelo sr Loureiro da Fonseca quanto á participação dos nativos na administração das colónias de exploração. É justo que, sem dar a elementos que podem tender para uma civilização divergente da portugueza um regime representativo que contrarie a nossa acção nacional e nacionalizadora, se lhes conceda participação na Junta de Governo

A meu vêr, basta instituir que da Junta farão parte, nas colonias de exploração, tantos vogais eleitos, ou nomeados, quantos fôrem metade e mais um dos chefes dos serviços publicos

Teremos, assim, na 1ª lei organica as *bases* para os *regimes* de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Índia e na 2ª as *bases* para os *regimes* da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Timor e Macau, que, como antes fica dito, não está em condições de ser dotado do *regime* do seu grupo.

As duas leis organicas que proponho permitirão o cumprimento dos artigos 67º e 85º da Constituição. Por

élas alcançarão as colónias a descentralização adequada ao estado da sua civilização. Sem isso, ter-se-á de deixar ao Congresso o trabalho de legislar para populações mal conhecidas dos seus membros, populações que reclamam regimes especiais e cujas aspirações, se não, podem ser totalmente satisfeitas, devem ser ouvidas e pesadas maduramente para que por desdem élas não tomem o que realmente só é o desconhecimento do modo de ser de cada uma.

O processo que apresento como conveniente à solução do problema da descentralização administrativa das colónias tem uma vantagem manifesta e incontestável — a de regimes facilmente modificáveis, que possam ir acompanhando a evolução das jovens sociedades coloniais e, por sucessivas adaptações, corresponder às fases efémeras desses núcleos de gente de todas as proveniências, de vária moral e de aspirações divergentes, mas que, pelo determinismo do cruzamento étnico e do meio físico e social, têm de se fundir sob a acção suprema do espirito nacional português.

As duas leis orgânicas,\* com que, a meu vêr, se dará execução ao estatuido no art. 85.º da Constituição da Republica, tornam realidade palpavel a *descentralização* administrativa, que mais não é do que a transferencia de atribuições e competencias, conferidas até aqui aos poderes *centrais* ou nacionais, para os poderes *periféricos* ou, no caso vertente, coloniais.

Pela elaboração local dos regimes administrativos, cuja iniciativa caberá às Assembléas Provinciais ou às Juntas de Governo, conforme o grupo a que pertencerem as colónias, consultar-se-a as vontades das novas sociedades luso-ultramarinas ou, pelo menos, atende-se-á a opinião dominante nos meios constituídos pelos nativos assimilados e pelo funcionalismo identificado com os interesses das populações que, por terem recebido a cultura portuguesa, preponderam sobre as mais da mesma provincia.

Mas é claro que, nas colónias de exploração, nas quais o nosso esforço não pôde deixar de se exercer continuada e persistentemente no sentido da adaptação dos elementos indigenas povoadores á civilização do Es-

tado Português, não se irá além de um ensaio de participação dos nativos na administração publica. Destinam-se a esta experiencia os vogais que, graças á sugestão do sr. Loureiro da Fonseca, introduzi na 2.ª lei orgânica das colónias.

E, como estes regimes são modificaveis, do estado da elaboração de cada colónia depende o grau da descentralização que se lhe há de conceder. E se, amanhã, num futuro que pôde ser mais ou menos distante, se reconhecer que tal provincia precisa de um regime superior ao maximo compativel com a 2.ª lei organica, o Congresso da Republica, por uma lei singela e de rapido andamento, dara remedio ao mal aditando ás regalías dadas por aquéla lei orgânica as que julgar convenientes por iniciativa propria ou por solicitação dos poderes coloniais respectivos.

Quanto ao sistema de administração financeira, obedece nas bases que se lhe referem, ao principio de que só é util e effica a administração quando se lhe permite liberdade de iniciativa e de execução, dentro de normas legais severas e severamente respeitadas. *Administração livre, administradores efectiva e realmente responsaveis e responsabilizados* — eis o critério que me orientou na parte financeira dos dois projectos.

O orçamento ordinario é trienal. E' a medida preconizada por varios financeiros notáveis da França, da Austria e da Italia para refrear a tendencia geral para o aumento dos gastos. A estabilização orçamental depende das difficuldades opostas á furia perdulância dos estados que vêem as suas receitas em crescimento, como acontece aos países em formação e ás colónias.

Não é meu proposito entesourar saldos. Opôndo um dique forte e seguro á invasão dos cofres coloniais pelas ondas do funcionalismo, deixo garantido ás provincias ultramarinas o direito de desenvolver livremente a sua riqueza e preparar o seu progresso. Acóde a tão instante necessidade o orçamento anual extraordinario, que, como é de boa doutrina económica e financeira, se destina tam sómente a obras de fomento e de progresso, á criação e desenvolvimento da riqueza privada e publica e a serviços de natureza transitória ou a serviços imprestáveis.

Objectou-se-me que tal sistema não obedece ao preceituado na Constituição, que exige *um orçamento geral* do Estado. Labora-se num evidente equívoco. Pelas propostas leis discriminam-se, apartam-se os orçamentos das colónias e o orçamento geral do Estado. Para este, na descrição das receitas, figurarão 25 % dos saldos em compensação, dos 50 % com que, pelo art 46 do decreto com força de lei de 27 de maio de 1911, contribuem as colónias com saldo para o total das despesas de *administração geral* na proporção, não dos saldos, mas das receitas.

Não é novidade em Portugal: os serviços autónomos têm orçamentos próprios e no do Estado figuram com as suas contribuições ou com as suas dotações.

Cria-se além disso a dívida colonial, ao mesmo tempo que, por ela e desde logo, se desonera o orçamento da Metrópole do encargo dos *deficits* coloniais, que que passam a pesar sobre as provincias respectivas. A descentralização não podia deixar de repercutir, por este modo, nas partes periféricas da Nação, por outras disposições largamente vitalizadas nos meus dois projectos.

Outro problema que julgo ter resolvido é o da fraqueza de uma colónia, só por si, para obter recursos financeiros ou realizar serviços de interesse inter-colonial. Poderão duas ou mais colónias coligar-se e associar-se para assumir conjunta e solidariamente as responsabilidades inerentes a tais operações ou serviços. Fica, deste geito, afastada a idéa, que se me afigura contrária ao espirito descentralista, de anexar provincias social, económica e étnicamente dissimilantes só porque, por tal união, haveria maior capacidade de crédito. A diferenciação colonial aconselharia, a meu vêr, em vez da preconizada medida anexadora, providencias que abrissem, às modalidades inconciliáveis, a possibilidade da desanexação em novas provincias com regimes adequados ao estado da respectiva civilização e ao respectivo meio fisico.

Sem dilatar esta exposição com a defesa dos preceitos referentes aos funcionarios coloniais e aos seus quadros privativos—matérias em que o Congresso já se tem pronunciado de modo inequivoco—limitar-me-ei, por hm, à questão aduaneira.

Prefixo o praso de 25 anos para desafogar as colónias da goliha de ferro em que as estrangulam desde 1892 as veleidades industrialistas da Metrópole. Oxalá antes e muito antes desse praso consigamos emancipar os portugueses dalém-mar da terrível tirania, que uma industria em 20 anos impotente para concorrer com a mais atrasada do estrangeiro tem vindo a exercer sobre elles, escravizando-os ao absurdo económico do protecţionismo a todo o transe.

Não se compadece com a realidade das coisas e com a conveniencia das populações produtoras e consumidoras o sistema da protecção do que é ou se convencionou ser nacional em detrimento dos superiores interesses do tráfego comercial ultramarino e em decisiva ruina daquellas fontes de riqueza que só a facilidade das permutas fomenta e vivifica. Ora, em Africa, os portugueses encontram-se obrigados ao escambo de mercadorias por géneros indigenas. É a fase mercantil do interior do continente negro. A nossa mercadoria, cara e má—pelo menos na maior parte—é uma moeda valorizada artificialmente pelas taxas protectorias, e pela qual o produtor local reconhece que dá mais do que o seu visinho que procura mercados de colonias de outras potencias.

O confronto desvia de nós o trafico, por fórma cada vês mais sensível.

Cresce a olhos vistos a produção angolense e todavia os réditos da alfandega de Loanda, em vez de subirem, declinaram, ha uns dezassete annos, e pode afirmar-se que estacionaram no ultimo quinquénio.

O regime aduaneiro colonial, disse-o Roume com sanissimo critério, deve ser aquêle em que, por não haver necessidade de lesar o fisco, o commercio segue as suas estradas naturais e não se desvia delas para fugir á dureza quasi sempre ineficaz das pautas protectorias.

A doutrina que se concilia com o progresso colonial é a mesma que dita o bom governo dos povos feitos. É erro de funestas consequencias forçar o consumidor a só ter caro o que existe barato—para os consumidores de outros países.

As considerações que ai ficam determinam os dois projectos de leis organicas das colónias, que a seguir se lêem.

O governador é responsável perante o Ministro das Colónias e os chefes dos serviços perante o governador, com quem despacham.

### 3.ª base

Cada provincia terá uma Assembléa Provincial deliberativa, da qual farão parte: os chefes dos serviços publicos, sem voto deliberativo, sete a onze cidadãos portuguezes, eleitos por cinco annos pelos eleitores de deputados e igual numero de suplentes eleitos nas mesmas condições e na mesma occasião e que terão posse por ordem da votação, á maneira que se dêr o impedimento ou occorrerem as vagas dos effectivos.

### 4.ª base

Compete á Assembléa Provincial resolver:

1 ° ácerca dos negocios da administração distrital, municipal e paroquial;

2 ° ácerca da criação e extinção dos cargos provinciais,

3 ° ácerca dos vencimentos e quaisquer abonos a funcionarios ou empregados publicos da provincia;

4 ° ácerca dos impostos de consumo e exportação,

5 ° ácerca da criação ou extinção de quaisquer outras taxas, impostos ou contribuições, excepto quando por qualquer modo incidam sobre a importação;

6 ° ácerca da legitimidade ou conveniencia das contribuições, impostos ou quaisquer taxas que, sob qualquer designação, sejam lançados pelos corpos administrativos da provincia;

7 ° ácerca dos direitos e deveres dos indigenas não assimilados,

8 ° ácerca das concessões de terras a portuguezes,

9 ° ácerca dos serviços agricolas e pecuários;

10 ° ácerca da criação e provimento de escolas primárias, de artes e officios e outras que a lei venha a autorisar;

11 ° ácerca dos serviços de obras publicas, exceptuando os referentes aos portos e caminhos de ferro;

## 1.ª Lei Organica das Colónias

Art. 1.º A administração das provincias ultramarinas de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Estado da India far-se á por esta lei organica e o respectivo regime de descentralização, nos termos do art 67 ° da Constituição Política da Republica Portuguesa, obedecerá aos preceitos estabelecidos nas bases seguintes.

### 1.ª base

Cada colónia terá um governador geral com as atribuições fixadas no *regime* administrativo respectivo.

E' permitido ao governo nomear para uma ou mais colónias comissarios da Republica, cujas atribuições serão, quando e onde não houver governador em exercicio, as do governador, além das proprias que serão as da competencia exclusiva do Ministro das Colónias, que nêles as delegará, no todo ou em parte, como conviér ao bem da Republica

### 2.ª base

Cada colonia terá uma *junta de governo* composta do governador geral, que seia seu presidente, e dos chefes dos vários serviços publicos



12.º Acêrca dos serviços de policia, assistencia e saúde publica, excepto pelo que respeita aos de policia e sanidade maritima;

13.º Acêrca da applicação de 75 por cento dos saldos orçamentais ao desenvolvimento da colónia, em quanto vigorar a dedução de 25 por cento estabelecida pela base 16.ª;

14.º Acêrca de empréstimos cujos encargos de juro e amortização em 15 annos não excedam, sós ou juntos com os dos anteriores, um quinto da receita da colónia;

15.º Acêrca das medidas tomadas de acôrdo com a base 8.ª,

16.º Acêrca da suspensão de quaisquer leis, decretos ou portarias anteriores a esta lei e cuja matéria caiba dentro da competencia discriminada nos números precedentes,

17.º Acêrca da sua policia, do seu regimento e dos seus empregados;

18.º Acêrca do regime administrativo da colónia, de acôrdo com a base 20.º.

### 5. base

A' Assembléa Provincial compete outrossim a discussão e votação do orçamento da provincia, o qual será feito para tres annos económicos e anualmente alterado de acôrdo com as leis ou decretos fundados em leis da Republica ou com as resoluções provinciais autorizadas por esta lei

§ 1.º O orçamento não poderá incluir despesa alguma não autorizada em leis especiaes ou em resoluções provinciais decorrentes desta lei e os contraventores desta disposição serão responsaveis civil e criminalmente pelas infracções em que incorrerem

§ 2.º O orçamento para um triénio, que não poderá conter despesas extraordinarias, será enviado á aprovação do Ministro das Colónias antes do fim do 8.º mês do ultimo anno económico em que vigorar o anterior orçamento.

§ 3.º Até o dia 30 de março de cada anno, deverão estar no ministerio das colónias, sob pena de responsa-

bilidade dos infractores, as alterações com que o orçamento trienal terá de ser executado no seguinte anno económico, bem como os orçamentos das despesas extraordinarias

§ 4.º Os orçamentos serão aprovados pelo Ministro das Colónias, o qual os poderá fundamentadamente rejeitar ou emendar até o dia 15 de junho inclusivé. Se até essa data não fôrem rejeitados por diploma inserto no *Diario do Governo*, considerar-se-ão aprovados, com emendas, se estas houverem sido feitas, ou, em caso contrario, na sua integria

Fica, todavia, garantido ao governador e á Assembléa Provincial o direito de recorrer, tanto da rejeição como das emendas, para o Congresso do Republica, mas este recurso não suspende a execução dos diplomas orçamentais

### 6.ª base

O governador geral pôde propôr á Assembléa Provincial qualquer medida que julgue necessaria e conveniente. Quando a Assembleia a rejeitar, o governador, se não estiver convencido da sua falta de razão, enviará a sua proposta ao Ministro das Colónias, que, se com ella concordar, a submeterá ao Congresso da Republica ou decretará, se fôr da sua competencia e depois do voto affirmativo do Conselho Colonial.

### 7.ª base

O governador geral aprovará e promulgará as resoluções da Assembléa dentro de quinze dias da data em que as houver recebido. Passado esse praso e não tendo sido dada nem negada a aprovação, serão as resoluções publicadas pelo presidente da Assembléa no *Boletim Oficial* da provincia e terão força executória

A recusa de aprovação será sempre fundamentada em exposição publicada no *Boletim Oficial* e subuá, com a resolução a que se referir, ao Conselho Colonial, donde, com o parecer respectivo, irá ao Ministro das Colónias. Se o parecer fôr favoravel e o Ministro concordar

com êle, a resolução será por decreto posta em vigor. Se o parecer não fôr favoravel á resolução ou, sendo-o, deixar de merecer a aprovação do Ministro, o assunto será submetido ao Congresso da Republica, que lhe dará solução

### 8.<sup>a</sup> base

As medidas tomadas nos termos do artigo 87.<sup>o</sup> da Constituição pelo Ministro das Colónias só serão executórias quando, tendo tido previamente o voto afirmativo do Conselho Colonial, fôrem aprovadas pela Assembléa Provincial, ou quando simplesmente aprovadas pelo Congresso da Republica.

### 9.<sup>a</sup> base

O Ministro das Colónias poderá suspender a execução de qualquer resolução da Assembléa Provincial, ainda que tenha sido promulgada pelo governador, até que o Congresso da Republica se pronuncie sobre a sua legitimidade ou conformidade com a Constituição e as leis vigentes

### 10.<sup>a</sup> base

Todos os funcionarios da colónia, excepto os governadores de distrito, os magistrados judiciaes ou do ministerio publico, os que desempenharem cargos ecclesiasticos e os chefes dos serviços publicos da provincia, serão nomeados pelo governador geral, por *actos* publicados no *Boletim Oficial*, com a declaração do chefe dos serviços de fazenda de que os abonos respectivos são legitimos e cabem dentro do orçamento vigente

§ 1.<sup>o</sup> A legitimidade dos abonos so se dá estando vagos os cargos anteriormente criados por leis da Republica ou resoluções provinciais, pelas quais tenham sido dotados com os vencimentos constantes dos *actos* de nomeação.

§ 2.<sup>o</sup> Se alguma nomeação deixar de satisfazer ao exigido nesta base e seu § 1.<sup>o</sup>, o chefe dos serviços de fazenda *ex-officio* recorrerá do *acto* do governador, que julgou ilegitimo, para o Ministro das Colónias.

### 11.<sup>a</sup> base

Cada provincia terá quadros privativos de funcionarios.

Nenhum funcionario será considerado vitalicio antes de dez annos de bom e efectivo serviço na provincia, mas os que á data da promulgação desta lei tiverem dez annos de bom e efectivo serviço no ultramar serão nos logares que servirem considerados vitalicios

É prohibida para o futuro a transferencia de funcionarios civis de nomeação do governador de uma para outra provincia ultramarina.

### 12.<sup>a</sup> base

A demissão dos funcionarios competirá ao governador geral sempre que fôrem de sua nomeação.

A demissão e a suspensão de exercicio e vencimentos serão estatuidas em *actos* do governador, depois de condenação em processo disciplinar, em que o arguido terá defesa ampla, e de que serão julgadores tres chefes de serviços, um magistrado do ministerio publico e um magistrado judicial, que será o presidente do conselho disciplinar nestas condições nomeado pelo governador.

Das decisões do conselho disciplinar haverá recurso, mas sem efeito suspensivo, para o Ministro das Colónias, que só poderá anular o *acto* do governador se nesse sentido se pronunciarem dois terços dos membros do Conselho Colonial

### 13.<sup>a</sup> base

Nenhuma despesa pode ser ordenada ou autorizada pelo governador geral de alguma colónia se não se fundar em lei da Republica ou resolução da Assembléa Provincial.

Quando o chefe dos serviços de fazenda tiver dúvidas acerca da legitimidade de qualquer despesa ordenada pelo governador geral negar-lhe-á execução e só lhe dará se o mesmo governador declarar, com os fundamentos do seu *acto*, que assume a responsabilidade civil e criminal da despesa e, ainda assim, se esta fôr inferior a 10.000 escudos.

§ 1.º Compete ao Ministro das Colónias tornar efectiva a responsabilidade do governador perante os tribunais ordinarios da Metrópole

§ 2.º O *acto* de declaração de que o governador assume a responsabilidade da despesa será publicado no *Boletim Oficial*, e *ex-officio* remeterá o chefe dos serviços de fazenda o respectivo processo ao Ministro das Colónias

§ 3.º Sem este *acto* de declaração, o chefe dos serviços de fazenda só efectuará a despesa duvidada por ordem do Ministro das Colónias

#### 14.ª base

E' permitido a duas ou mais provincias, mediante aprovação do Ministro das Colónias, mancomunar-se ou associar-se para fins financeiros e de fomento agrícola, commercial ou industrial

#### 15.ª base

Os empréstimos não compreendidos no n.º 14 da base 4.ª dependerão da aprovação do Congresso da Republica.

#### 16.ª base

Durante 20 ânos económicos a contar do da promulgação desta lei, 25 por cento dos saldos dos orçamentos coloniais reverterão para o tesouro da Metrópole.

#### 17.ª base

Fica autorizado o Governo a realizar no pais, com a responsabilidade de cada colónia, as operações de crê-

dito necessarias para cobrir os *deficits* dos respectivos orçamentos.

#### 18.ª base

Os encargos actuais das colónias permanecem a seu cargo ou a cargo da Nação tais quais estiverem nesta data

As acções de companhias coloniais e os lucros partilhados nessas ou em quaisquer outras sociedades ou empresas coloniais são plena propriedade da fazenda da Republica e serão administrados e arrecadados pelo ministerio das finanças

#### 19.ª base

O regime de protecção à produção da Metrópole será atenuado de 5 em 5 ânos de modo que, ao cabo de 25 ânos da data desta lei, o favor aduaneiro esteja reduzido no maximo a 10 por cento sobre os direitos vigentes em qualquer colónia para as mercadorias estrangeiras

#### 20.ª base

Cada colónia terá um regime administrativo especial elaborado de acôrdo com o disposto na Constituição e nesta lei

Esse regime será aprovado primeiro por uma resolução da Assembléa Provincial. Subirá depois ao Conselho Colonial, que o discutirá e emendará no que fôr contrario à Constituição ou a esta lei e remeterá ao Ministro das Colónias, que, se concordar com a redacção final do mesmo Conselho, decretará a sua entrada em vigor como regulamento administrativo provisório a submeter à sanção definitiva do Congresso da Republica

Se, porem, o Ministro não concordar com a redacção final do Conselho Colonial, esta e a resolução da Assembléa Provincial serão submetidas ao Congresso da Republica que decidirá como fôr mais conveniente aos interesses da colónia e da Nação.

A Assembléa Provincial de cada colónia poderá em

qualquer ocasião promover, seguindo os tramites indicados nesta base, a modificação total ou parcial do respectivo regime administrativo

§ unico Para execução desta base e inicio da desta lei o Governo decretará regulamentos especiais destinados á eleição dos membros efectivos e suplentes de cada uma das Assembléas Provinciais

Art 2.º Fica revogada a legislação em contrario.

## 2.ª Lei organica das Colónias

Art 1.º A administração das provincias ultramarinas da Guiné, S. Tomé e Príncipe, Macau e Timor far-se á por esta lei e o respectivo regime de descentralização, nos termos do art. 67.º da Constituição Política da Republica Portuguesa, obedecerá aos preceitos estabelecidos nas bases seguintes.

### 1.ª base

Cada colónia terá um governador geral com as attribuições fixadas no *regime* administrativo respectivo

É permitido ao governo nomear para uma ou mais colónias commissarios da Republica, cujas attribuições serão, quando e onde não houver governador em exercicio, as do governador, além das proprias que serão as da competencia exclusiva do Ministerio das Colónias, que nêles as delegará, no todo ou em parte, como convier ao bem da Republica.

### 2.ª base

Cada colónia terá uma *junta de governo* composta do governador geral, que será seu presidente, dos chefes dos serviços publicos e de vogais, efectivos e suplentes,

eleitos ou nomeados na mesma occasião por tres annos, e de cada categoria em numero igual a metade e mais um dos chefes dos serviços.

O governador é responsavel perante o Ministro das Colónias e os chefes dos serviços perante o governador, com quem despacham.

### 3.ª base

Compete á Junta de Governo resolver:

1.º acerca dos negocios da administração distrital, municipal e paroquial,

2.º acerca da criação e extinção dos cargos provinciais,

3.º acerca dos vencimentos e quaisquer abonos a funcionarios e empregados publicos da provincia,

4.º acerca dos impostos de consumo e exportação,

5.º acerca da criação ou extinção de quaisquer outras taxas, impostos ou contribuições, excepto quando por qualquer modo incidam sobre a importação,

6.º acerca da legitimidade ou conveniencia das contribuições, impostos ou quaisquer taxas que, sob qualquer designação, sejam lançados pelos corpos administrativos da provincia,

7.º acerca dos direitos e deveres dos indigenas não assimilados;

8.º acerca das concessões de terras a portuguezes,

9.º acerca dos serviços agricolas e pecuarios,

10.º acerca da criação e provimento de escolas primárias, de artes e officios e outras que a lei venha a autorisar,

11.º acerca dos serviços de obras publicas, exceptuando os referentes aos portos e caminhos de ferro,

12.º acerca dos serviços de policia, assistencia e saúde pública, excepto pelo que respeita aos de policia e sanidade maritima;

13.º acerca da applicação de 75 por cento dos saldos orçamentais ao desenvolvimento da colónia, em quanto vigorar a dedução de 25 por cento estabelecida pela base 14.ª.

14.º acerca de empréstimos cujos encargos de ju-

ro e amortização em 15 annos não excedam, sós ou juntos com os dos anteriores, um quinto da receita da colónia,

15.º acerca das medidas tomadas de accordo com a base 6.ª,

16.º acerca da suspensão de quaisquer leis, decretos ou portarias anteriores a esta lei e cuja materia caiba dentro da competencia discriminada nos numeros precedentes,

17.º acerca da sua policia, do seu regimento e dos seus empregados;

18.º acerca do regime administrativo da colónia, de acordo com a base 18.ª.

### 4.ª base

Á Junta de Governo compete outrossim a discussão e votação do orçamento da provincia, o qual será feito para tres annos economicos e annualmente alterado de accordo com as leis ou decretos fundados em leis da Republica ou com as resoluções provinciais autorizadas por esta lei.

§ 1.º O orçamento não poderá incluir despesa alguma não autorizada em leis especiais ou em resoluções provinciais decorrentes desta lei e os contraventores desta disposição serão responsaveis civil e criminalmente pelas infracções em que incorrerem.

§ 2.º O orçamento para um triénio, que não poderá conter despesas extraordinarias, será enviado á aprovação do Ministro das Colónias antes do fim do 8.º mês do ultimo anno económico em que vigorar o anterior orçamento.

§ 3.º Até o dia 30 de março de cada anno, deverão estar no ministerio das colónias, sob pena de responsabilidade dos infractores, as alterações com que o orçamento trienal terá de ser executado no seguinte anno económico, bem como os orçamentos das despesas extraordinarias.

§ 4.º Os orçamentos serão aprovados pelo Ministro das Colónias, o qual os poderá fundamentadamente rejeitar ou emendar até o dia 15 de junho inclusivé. Se até essa data não fôrem rejeitados por diploma inserto

no *Diário do Governo*, considerar-se-ão aprovados, com emendas, se estas houverem sido feitas, ou, em caso contrario, na sua integra.

Fica, todavia, garantido ao governador e á Junta de Governo o direito de recorrer, tanto da rejeição como das emendas, para o Congresso da Republica, mas este recurso não suspende a execução dos diplomas organimentais

### 5.ª base

Se a Junta de Governo tiver por maioria tomado alguma resolução que o governador não queira promulgar, fica a este o direito de lhe negar execução e submeter o assunto ao Ministro das Colónias, que só poderá deixar de manter o *acto* do governador, se com elle não concordar e da mesma opinião fôr o Conselho Colonial.

### 6.ª base

As medidas tomadas nos termos do artigo 87.º da Constituição pelo Ministro das Colónias so serão executórias quando, tendo tido previamente o voto affirmativo do Conselho Colonial, fôrem aprovadas pela Junta de Governo, ou quando simplesmente aprovadas pelo Congresso da Republica

### 7.ª base

O Ministro das Colónias poderá suspender a execução de qualquer resolução da Junta de Governo, ainda que tenha sido promulgada pelo governador, até que o Congresso da Republica se pronuncie sobre a sua legitimidade ou conformidade com a Constituição e as leis vigentes

### 8.ª base

Todos os funcionarios da colónia, excepto os governadores de distrito, os magistrados judiciaes ou do ministerio publico, os que desempenharem cargos eclesiásti-

cos e os chefes dos serviços publicos da provincia, serão nomeados pelo governador geral, por *actos* publicados no *Boletim Oficial*, com a declaração do chefe dos serviços de fazenda de que os abonos respectivos são legitimos e cabem dentro do orçamento vigente

§ 1.º A legitimidade dos abonos só se dá estando vagos os cargos anteriormente criados por leis da Republica ou resoluções provinciais, pelas quais tenham sido dotados com os vencimentos constantes dos *actos* de nomeação

§ 2.º Se alguma nomeação deixar de satisfazer ao exigido nesta base e seu § 1.º, o chefe dos serviços de fazenda *ex-officio* recorrerá do *acto* do governador, que julgou illegitimo, para o Ministro das Colónias

### 9.ª base

Cada provincia terá quadros privativos de funcionarios.

Nenhum funcionario será considerado vitalicio antes de dez annos de bom e efectivo serviço na provincia, mas os que á data da promulgação desta lei tiverem dez annos de bom e efectivo serviço no ultimar serão nos logares que seivirem considerados vitalicios

E' prohibida para o futuro a transferencia de funcionarios civis de nomeação do governador de uma para outra provincia ultramarina.

### 10.ª base

A demissão dos funcionarios competirá ao governador geral sempre que fôrem de sua nomeação.

A demissão e a suspensão de exercicio e vencimentos serão estatuidas em *actos* do governador, depois de condenação em processo disciplinar, em que o arguido terá defesa ampla, e de que serão julgadores tres chefes de serviços, um magistrado do ministerio publico e um magistrado judicial, que será o presidente do conselho disciplinar nestas condições nomeado pelo governador

Das decisões do conselho disciplinar haverá recur-

so, mas sem efeito suspensivo, para o Ministro das Colónias, que só poderá anular o *acto* do governador se nesse sentido se pronunciarem dois terços dos membros do Conselho Colonial

### 11.<sup>a</sup> base

Nenhuma despesa pode ser ordenada ou autorizada pelo governador geral de alguma colónia se não se fundar em lei da Republica ou resolução da Junta de Governo

Quando o chefe dos serviços de fazenda tiver dúvidas acerca da legitimidade de qualquer despesa ordenada pelo governador geral negar-lhe-á execução e só lhe dará se o mesmo governador declarar, com os fundamentos do seu *acto*, que assume a responsabilidade civil e criminal da despesa e, ainda assim, se esta for inferior a 10.000 escudos

§ 1.º Compete ao Ministro das Colónias tornar efectiva a responsabilidade do governador perante os tribunais ordinarios da Metrópole

§ 2.º O *acto* de declaração de que o governador assume a responsabilidade da despesa será publicado no *Boletim Oficial*, e *ex-officio* remeterá o chefe dos serviços de fazenda o respectivo processo ao Ministro das Colónias.

§ 3.º Sem este *acto* de declaração, o chefe dos serviços de fazenda só efectuará a despesa duvidada por ordem do Ministro das Colónias.

### 12.<sup>a</sup> base

E' permitido a duas ou mais provincias, mediante aprovação do Ministro das Colónias, mancomunar se ou associar-se para fins financeiros e de fomento agrícola, comercial ou industrial

### 13.<sup>a</sup> base

Os empréstimos não compreendidos no n.º 14 da base 3.<sup>a</sup> dependerão da aprovação do Congresso da Republica.

### 14.<sup>a</sup> base

Durante 20 anos económicos a contar do da promulgação desta lei, 25 por cento dos saldos dos orçamentos coloniais reverterão para o tesouro da Metrópole

### 15.<sup>a</sup> base

Fica autorizado o Governo a realizar no paiz, com a responsabilidade de cada colónia, as operações de crédito necessarias para cobrir os *deficits* dos respectivos orçamentos.

### 16.<sup>a</sup> base

Os encargos actuais das colónias permanecem a seu cargo ou a cargo da Nação tais quais estiverem nesta data

As acções de companhias coloniais e os lucros partilhados nessas ou em quaisquer outras sociedades ou empresas coloniais são plena propriedade da fazenda da Republica e serão administrados e arrecadados pelo ministerio das finanças.

### 17.<sup>a</sup> base

O regime de protecção à produção da Metrópole será atenuado de 5 em 5 anos de modo que, ao cabo de 25 anos da data desta lei, o favor aduaneiro esteja reduzido no maximo a 10 por cento sobre os direitos vigentes em qualquer colónia para as mercadorias estrangeiras.

### 18.<sup>a</sup> base

Cada colónia terá um regime administrativo especial elaborado de acôrdo com o disposto na Constituição e nesta lei

Esse regime será aprovado primeiro por uma resolução da Junta de Governo Subirá depois ao Conselho Colonial, que o discutira e emendará no que for contrario à Constituição ou a esta lei e remeterá ao Ministro

das Colónias, que, se concordar com a redacção final do mesmo Conselho, decretará a sua entrada em vigor como regulamento administrativo provisório a submeter á sanção definitiva do Congresso da Republica

Se, porém, o Ministro não concordar com a redacção final do Conselho Colonial, esta e a resolução da Junta de Governo serão submetidas ao Congresso da Republica que decidirá como fôr mais conveniente aos interesses da colónia e da Nação

A Junta de Governo de cada colónia poderá em qualquer occasião propôr, seguindo os tramites indicados nesta base, a modificação total ou parcial do respectivo regime administrativo.

§ unico Para execução desta base e inicio da desta lei o Governo decretará regulamentos especiais destinados á eleição dos vogais effectivos e suplentes da Junta de Governo de cada provincia

Onde a eleição fôr inconveniente o Governo poderá, com o voto affirmativo do Conselho Colonial, substituir os vogais eleitos por vogais de nomeação do governador da provincia

Art. 2º Fica revogada a legislação em contrario